INTERVIR

SPZS

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL - MEMBRO DA FENPROF

Maio 2021 | VI Série | N.º 37

A luta contra a Precariedade na profissão docente é de todos e com todos! *Pág.8*

É URGENTE E NECESSÁRIO O DESBLOQUEIO DA NEGOCIAÇÃO

Pag. 9

Distribuição gratuita aos sócios do SPZS

Em Foco

ELEIÇÕES PARA OS CORPOS GERENTES DO SPZS

índice

Endereços Sindicais

SEDE
Évora
Av. Condes de Vilalva, 257 | 7000-744 ÉVORA
telefone: 266 758 270 | *fax:* 266 758 274
e-mail: geral@spzs.pt

Delegações
PORTALEGRE
Av. General Lacerda Machado, n.º50, 3.ºdt
apartado 43
7301-901 PORTALEGRE
telefone: 245 205 393
e-mail: portalegre@spzs.pt

BEJA
R. Pedro Álvares Cabral, 6 -1° | 7800-509 BEJA
telefone: 284 324 947
e-mail: beja@spzs.pt

FARO
R. Miguel Bombarda
Edifício Varandas Faro Bloco E. r/c Dto
8000-394 FARO
telefone: 289 823 154 | *fax:* 289 804 710
e-mail: faro@spzs.pt

Sub-Delegação
PORTIMÃO
Edifício do Sindicato (Sub-delegação) Qta. do Bispo
8500-729 PORTIMÃO
telefone: 282 485 930 | *fax:* 282 418 205
e-mail: portimao@spzs.pt

Ficha técnica

Propriedade / Editor
Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS)
Av. Condes de Vilalva, 257 - ÉVORA
N.I.P.C.: 501201890

Redação e administração
R. Pedro Álvares Cabral, 6 -1° | 7800-509 BEJA

Diretor
Manuel Nobre

Paginação
SPZS

Impressão
REGISET - Comunicação e Artes Gráficas da Região de Setúbal, Lda.

Fotografia
Arquivos do SPZS

Registo no ICS
N.º 108 844

Periodicidade
trimestral

Tiragem
6.100 exemplares

Nota
A redação reserva-se o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível, e toma à sua responsabilidade a colocação de títulos e subtítulos.

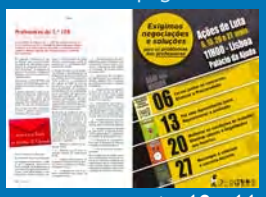
A utilização (ou não) do "vulgo" AO90 é opção do autor de cada artigo.

»»»»»»» págs 02 . 03

»»»»»»» págs 04 . 05

»»»»»»» págs 06 . 07

»»»»»»» págs 08 . 09


»»»»»»» págs 10 . 11

»»»»»»» págs 12 . 13

»»»»»»» págs 14 . 15

»»»»»»» págs 16 . 17

»»»»»»» págs 18 . 19

»»»»»»» págs 20 . 21

»»»»»»» págs 22 . 23

»»»»»»» págs 24 . 25

»»»»»»» págs 26 . 27

»»»»»»» págs 28 . 29

»»»»»»» págs 30 . 31

02 »»»»»»»»»»»»»»» Índice
03 »»»»»»»»»»»»»»» Editorial
04 »»»»»»»»»»»»»»» Legislação
05 »»»»»»»»»»»»»»» Atual . Centro de Formação do SPZS.
06 »»»»»»»»»»»»»»» Lutas . A luta contra a precariedade na profissão docente é de todos e com todos. Horários incompletos inferiores a 16 horas.
07 »»»»»»»»»»»»»»» Lutas . Concurso de docentes, a injustiça permanente.
08/09 »»»»»»»»»» Lutas . É urgente e necessário o desbloqueio da negociação!
10 »»»»»»»»»»»»»»» Lutas . Professores do 1CEB.
12/21 »»»»»»»»»» Em Foco . Eleições SPZS - Lista A.
22 »»»»»»»»»»»»»»» Superior . A precariedade do trabalho académico e científico em Portugal.
23 »»»»»»»»»»»»»»» Atual . Municipalização da Educação.
24/25 »»»»»»»»»» Atual . O amianto nos edifícios escolares.
26 »»»»»»»»»»»»»»» Lutas . Idade de acesso à aposentação.
27 »»»»»»»»»»»»»»» Lutas . Envelhecimento activo, saudável e com direitos.
28 »»»»»»»»»»»»»»» Atual . A vacinação dos profissionais da Educação é fundamental...
29 »»»»»»»»»»»»»»» Atual . Porque tardam e faltam as vacinas?
30 »»»»»»»»»»»»»»» Regalias Sociais
31 »»»»»»»»»»»»»»» Culturais

SPZS SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL - MEMBRO DA FENPROF

editorial

Manuel Nobre *(Presidente do SPZS)*

Colega,

O último ano tem sido de excecional exigência para os docentes, tendo em conta a situação epidemiológica do país, as suas repercussões no funcionamento das escolas e no dia a dia dos seus profissionais.

Sendo certo que, os professores e os educadores têm procurado estar à altura desta anormalidade, de tudo fazendo para continuar a acompanhar os seus alunos, menos empenho teve o Ministério da Educação, que andou o tempo todo a correr, ou a andar, atrás do prejuízo, deixando as escolas, os docentes e não docentes, alunos e suas famílias, muitas vezes "à sua sorte".

O Ministério sempre foi desvalorizando os apelos, as propostas, as chamadas de atenção, as exigências que o SPZS/FENPROF foram diligenciando. Propostas que eram mais um contributo para a melhoria das condições de trabalho e da garantia da saúde de todos, como a redução do número de alunos por turma, o reforço do número de docentes nas escolas, o aumento do número de profissionais para a limpeza e higienização dos espaços escolares, o aumento da testagem ou, a vacinação dos profissionais da educação, tudo medidas que o Governo ignorou apesar da realidade que se vivia nas escolas, em muitos concelhos e no país. As respostas dos governantes foi a que se viu, muitos anúncios, computadores, anúncios de testes, enfim, muita conversa e pouca ação, tendo em limite, recorrido ao encerramento das escolas ou a soluções de um chamado "ensino a distância" ou, como alguém lhe chamou, "ensino do faz de conta".

O SPZS e a FENPROF nunca baixaram os braços e sempre assumiram uma postura interventiva e de luta por melhores condições de trabalho e de defesa da Escola Pública, insistindo junto do Ministério da Educação, do Governo, da Assembleia da República, do Presidente da República, dos tribunais, das instituições europeias, enfim, nunca desistindo de lutar.

Por sua vez, o Governo sempre assumiu, e continua a assumir, uma postura de intransigência e bloqueio negocial, fazendo de conta que não há problemas por resolver, querendo passar uma ideia de normalidade e de boa convivência democrática.

A determinação e justeza das causas que defendemos, professores e educadores, determinam que a luta por melhores condições de trabalho é para continuar e é para aumentar a sua expressão. As questões da aposentação e do rejuvenescimento, dos horários de trabalho, da luta contra a precariedade, por uma carreira dignificada e uma profissão atrativa, por mais investimento na Educação, contra a municipalização da Educação e contra o bloqueio negocial, são razões mais que suficientes para o envolvimento de todos no combate que se exige e que irá ser feito, para que o Governo assuma as suas responsabilidades.

A participação dos docentes na iniciativa nacional de luta da FENPROF em Lisboa no dia 24 de Abril, nas comemorações do 25 de Abril e no 1º de Maio mostraram bem o elevar da contestação; outras ações se seguirão, a começar pelas reuniões sindicais nas escolas, onde se inclui a participação na vida coletiva do sindicato, expressando o seu voto na eleição dos corpos gerentes do SPZS para o triénio 2021/2024, por voto eletrónico, postal ou presencial, onde aproveito a oportunidade para apelar aos colegas na participação em mais este ato eleitoral.

Da nossa parte aqui fica o compromisso e a garantia de que iremos continuar a lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Parecer n.º 4/2021 - Diário da República n.º 77/2021, Série II de 2021-04-21 - Educação
Conselho Nacional de Educação: Parecer sobre Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Despacho Normativo n.º 10-B/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-04-14- Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação: Procede à segunda alteração do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, com a redação dada pelo Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril, que estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos, e define o calendário de matrículas e respetiva renovação para o ano escolar de 2021-2022.

Lei n.º 16/2021 - Diário da República n.º 67/2021, Série I de 2021-04-07- Assembleia da República
Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro, que estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.

Resolução da Assembleia da República n.º 108/2021 - Diário da República n.º 64/2021, Série I de 2021-04-01- Assembleia da República:
Recomenda ao Governo que garanta condições para o ensino misto e não presencial, utilizando recursos do plano para a transição digital.

Resolução da Assembleia da República n.º 106/2021 - Diário da República n.º 64/2021, Série I de 2021-04-01- Assembleia da República:
Recomenda ao Governo que assegure medidas de educação inclusiva em estado de emergência.

Resolução da Assembleia da República n.º 103/2021 - Diário da República n.º 64/2021, Série I de 2021-04-01- Assembleia da República: Recomenda ao Governo a reabertura das escolas em segurança.

Decreto-Lei n.º 22-D/2021 - Diário da República n.º 56/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-22 - Presidência do Conselho de Ministros: Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 na área da educação.

Despacho Normativo n.º 10-A/2021 - Diário da República n.º 56/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-22 - Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação: Determina a aprovação do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo 2020/2021.

Resolução da Assembleia da República n.º 80/2021 - Diário da República n.º 54/2021, Série I de 2021-03-18 - Assembleia da República:
Recomenda ao Governo a vinculação extraordinária dos docentes de técnicas especiais.

Declaração de Retificação n.º 208/2021 - Diário da República n.º 54/2021, Série II de 2021-03-18 - Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação:
Retifica o Despacho n.º 1689-A/2021, de 10 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 30, suplemento, de 12 de fevereiro de 2021 (altera o calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino e o calendário das provas e exames, aprovados pelo Despacho n.º 6906-B/2020, de 2 de julho).

Decreto-Lei n.º 22-A/2021 - Diário da República n.º 53/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-17 - Presidência do Conselho de Ministros:
Prorroga prazos e estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19:
- Procede à vigésima oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19;
- Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 20-H/2020, de 14 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.os 39-A/2020, de 16 de julho, e 62-A/2020, de 3 de setembro, que estabelece medidas excecionais de organização e funcionamento das atividades educativas e formativas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Aviso n.º 4493-A/2021 - Diário da República n.º 48/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-10 - Educação - Direção-Geral da Administração Escolar:
Abertura do procedimento concursal de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2021/2022.

Portaria n.º 53/2021 - Diário da República n.º 48/2021, Série I de 2021-03-10 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:
Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2022.

Portaria n.º 52-B/2021 - Diário da República n.º 47/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-09 - Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação:
Fixação das vagas do concurso interno dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e do ensino artístico especializado da música e da dança.

Portaria n.º 52-A/2021 - Diário da República n.º 47/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-09 - Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação:
Fixação das vagas do concurso externo dos quadros de zona pedagógica e do ensino artístico especializado da música e da dança.

Lei n.º 11/2021 - Diário da República n.º 47/2021, Série I de 2021-03-09 - Assembleia da República: Suspensão excecional de prazos associados à sobrevigência e caducidade de convenção coletiva de trabalho.

Centro de Formação do SPZS

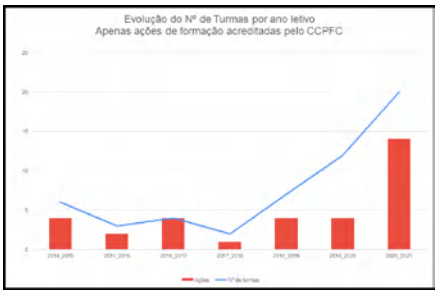
Mais serviços aos associados

Com o descongelamento da progressão na carreira docente, todos nós tivemos a necessidade de frequentar ações de formação contínua, muitas vezes em tempo recorde, uma vez que a recuperação de algum do tempo de serviço que foi conseguido com a luta dos professores, fez com que os tempos de permanência nos escalões diminuíssem e, por esse motivo, foi necessário cumprir os requisitos da avaliação de desempenho docente, nomeadamente no que concerne às horas de formação.

O trabalho realizado por este Centro de Formação em mandatos anteriores caracterizou-se pelo foco que foi dado às Ações de Curta Duração, uma vez que com o congelamento da carreira, a procura de formação era relativamente baixa.

Embora a formação seja da responsabilidade exclusiva do ME, pois é à entidade patronal que compete disponibilizar a formação para os seus trabalhadores, o SPZS e o seu Centro de Formação, Professor Manuel Pinho, não podia deixar de contribuir para garantir o acesso dos seus sócios e apenas a estes, a uma formação de qualidade e gratuita.

Como se pode ver no gráfico abaixo, neste último mandato, mais do triplicámos o valor da oferta quer de ações de formação, quer de turmas constituídas e até ao momento realizamos 14 ações de formação das quais se constituíram 20 turmas.



Relativamente aos formandos (gráfico abaixo), além de haver um crescimento consistente desde o início deste mandato (ano letivo de 2018/2019) até à presente data, mais do que duplicamos o seu número em relação ao que tinha sido o melhor ano do Centro de Formação do Sindicato neste parâmetro (ano letivo 2014/2015).

Este não foi um caminho fácil de trilhar. Para levar a bom termo esta tarefa precisamos de encontrar formadores, candidatar cerca de duas dezenas de ações de formação e realocar recursos humanos e financeiros do SPZS para esta área de trabalho. Mas se a tarefa não estava a ser fácil, a pandemia ainda veio dificultar mais todo este processo, pois ninguém estava preparado para fazer formação à distância. Mesmo assim, não baixámos os braços e estabelecemos rapidamente estruturas de apoio a este tipo de formação. É o caso da nossa plataforma de Gestão de ensino à distância "Moodle" e da plataforma de videoconferência Zoom. Graças a isto, o Centro de Formação Manuel Pinho em nenhum momento parou de disponibilizar ações de formação para os sócios do SPZS. É de salientar, também, que o facto de termos começado a fazer formação à distância permitiu-nos chegar com todas as ações a todos os distritos da área de abrangência do sindicato, democratizando assim o seu acesso.

Ações realizadas ao longo do presente Ano Letivo:

MICROSOFT EXCEL - A FOLHA DE CALCULO - Uma ferramenta bastante útil para a atividade profissional dos docentes	CCPFC	Não (*)	Todos
Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável	CCPFC	Sim	230 e 520
Software Livre para a Inclusão: Ferramentas de Construção de Atividades	CCPFC	Não (*)	Todos
Ciências Experimentais do 1º Ciclo	CCPFC	Sim	110
A aprendizagem lúdica e inovadora do FLE (Francês Língua Estrangeira)	CCPFC	Sim	210 e 320
A flexibilizar e Incluir usando as TIC	CCPFC	Não (*)	Todos
Saúde, Segurança, Higiene no Trabalho e COVID-19	CCPFC	Não	Todos
Práticas Inclusivas no Ensino da Matemática	CCPFC	Sim	110, 230, 910, 920, 930
Educação para a cidadania: educação para os Direitos Humanos	CCPFC	Não (*)	Todos
A Dança nos Programas de Educação Física	CCPFC	Sim	260 e 620
Língua Gestual Portuguesa - Módulo 1	CCPFC	Não (*)	Todos
A voz do professor - Métodos e Técnicas	CCPFC	Não	Todos
Software Livre como utilização de Produtos de Apoio	CCPFC	Não	Todos
Do lúdico à descoberta de si mesmo - noções de sanidade e de anatomofisiologia humana	CCPFC	Sim	110

(*) A ação releva excecionalmente para efeitos de progressão na carreira na dimensão científico-pedagógica, de acordo com o despacho 2053/2021 de 24 de fevereiro.

A luta contra a precariedade na profissão docente é de todos e com todos!

O SPZS e a FENPROF têm denunciado desde sempre o perpetuar da PRECARIEDADE na classe docente, ameaçando de forma cada vez mais grave o futuro da Educação e da Escola Pública. As opções políticas dos últimos anos têm promovido o afastamento de muitos professores e educadores da profissão, em resultado da instabilidade profissional que os assola e da perda de atratividade da profissão entre os mais jovens e as suas famílias.

É urgente lutar contra as injustiças nos concursos de pessoal docente, da não contabilização de todo o tempo para a Segurança Social, da falta de estabilidade com o recurso abusivo à contratação a termo de professores e educadores para as escolas públicas, a desvalorização da profissão docente e perda de atratividade da mesma que afasta muitos dos que já a exerceram e desincentiva os mais jovens de optarem por se qualificarem para a docência.

Associa-te ao SPZS e à FENPROF nas CAMPANHAS DE LUTA CONTRA A PRECARIEDADE

É preciso acordar!

Faz-te ouvir: SUBMETE O POSTAL ELETRÓNICO dirigido aos deputados da 8.ª Comissão. O postal é automaticamente enviado aos grupos parlamentares, dirigido aos/às deputados/as que compõem a comissão parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.

Horários incompletos inferiores a 16 horas

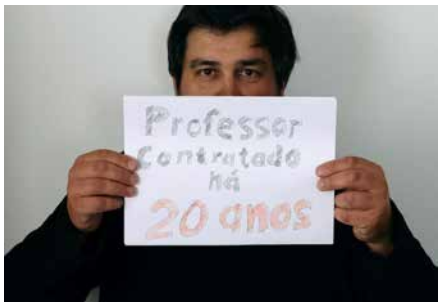
O reconhecimento do direito à declaração de 30 dias de trabalho à Segurança Social para todos os docentes que se encontrem colocados em horários incompletos inferiores a 16 horas

Como é do conhecimento geral, desde há uns anos a esta parte que a administração educativa tem vindo a considerar os contratos celebrados para o preenchimento de necessidades traduzidas em horários incompletos como se de contratos a tempo parcial se tratassem. Por essa via, vem impondo a declaração à Segurança Social de tempos de trabalho inferiores a 30 dias por mês. Tal tratamento, que o SPZS e a FENPROF consideram injusto e ilegal, penaliza fortemente os professores por ele visados, na medida em que prejudica, por exemplo, a constituição dos direitos aos subsídios de desemprego e de doença e, no futuro, à aposentação.

O SPZS e a FENPROF, desde há muito, vêm exigindo à tutela a emissão de esclarecimentos para as escolas que as obriguem a declarar tempos de trabalho não inferiores a 30 dias. Contudo, as mais recentes instruções dadas pelo Ministério da Educação às escolas a este propósito (contidas na Nota Informativa n.º 12/IgeFE/2018, de 20 de dezembro, com o Aditamento que lhe foi efetuado a 2 de abril de 2019) mais não fazem do que garantir a declaração de 30 dias apenas para horários de 16 ou mais horas letivas, o que implica, para as outras situações, declarações de tempo de trabalho inferiores aos 30 dias.

Sobre esta temática, destaque, também, para as diversas e repetidas diligências efetuadas pelo SPZS e pela FENPROF junto da Provedoria de Justiça e dos grupos parlamentares da Assembleia da República, denunciando o problema e colocando a necessidade de atuação daqueles órgãos de soberania no sentido da reposição da legalidade, tal como aconteceu na discussão de vários projetos de resolução no passado dia 22 de abril, aos quais o grupo parlamentar do PS votou contra.

Concurso de docentes, a injustiça permanente!



O regime de concurso do pessoal docente imposto pelos sucessivos governos continua a gerar injustiças tanto para os professores e educadores de carreira como para os contratados.

O SPZS e a FENPROF têm procurado soluções para alguns dos problemas mais prementes e têm apresentado ao ME propostas que, não revendo o regime na íntegra, iam no sentido de:

- Criar os grupos de recrutamento de Intervenção Precoce e de Teatro e Expressão Dramática;

- Realizar um concurso de vinculação extraordinário para docentes do ensino artístico especializado das artes visuais e dos audiovisuais;

- Alterar os intervalos horários a que se candidatam os docentes para efeitos de contratação, defendendo quatro intervalos: 8-11 horas; 12-15 horas; 16-19 horas; completos, assim considerados os com 20 ou mais horas;

- A ordenação na mesma prioridade de docentes providos nos QZP e nos QA/QE, nos concursos interno e de mobilidade interna;

- A consagração da possibilidade de os opositores ao concurso interno se candidatarem a quaisquer vagas de QZP abertas a concurso, incluindo os que vêm sendo exclusivamente disponibilizados aos candidatos ao concurso externo, e de os opositores ao concurso externo entrarem em vagas de QA/QE;

- A disponibilização de todos os horários declarados pelas escolas, completos e incompletos, no âmbito do concurso de mobilidade interna;

- Consagrar a possibilidade de candidatos com habilitação própria serem admitidos às fases nacionais do concurso, em prioridade seguinte à última definida para os candidatos com qualificação profissional;

- Contabilizar, para efeitos de concurso, o tempo de serviço prestado por educadores de infância em creche.

Nada, absolutamente nada, foi acolhido pelo Ministério da Educação!

A pressão do SPZS e da FENPROF junto dos grupos parlamentares teve como resultado a apresentação de várias propostas de lei e projetos de resolução pelo PCP, BE, PAN, PEV e PSD as quais o PS votou contra tudo.

Assinala-se a aprovação de:

- dois projetos de lei (PCP e BE) que preveem a abertura de concurso de vinculação extraordinário de docentes de componentes técnicas e artísticas dos estabelecimentos de ensino públicos, o que inclui os das escolas de ensino artístico António Arroio e Soares dos Reis;

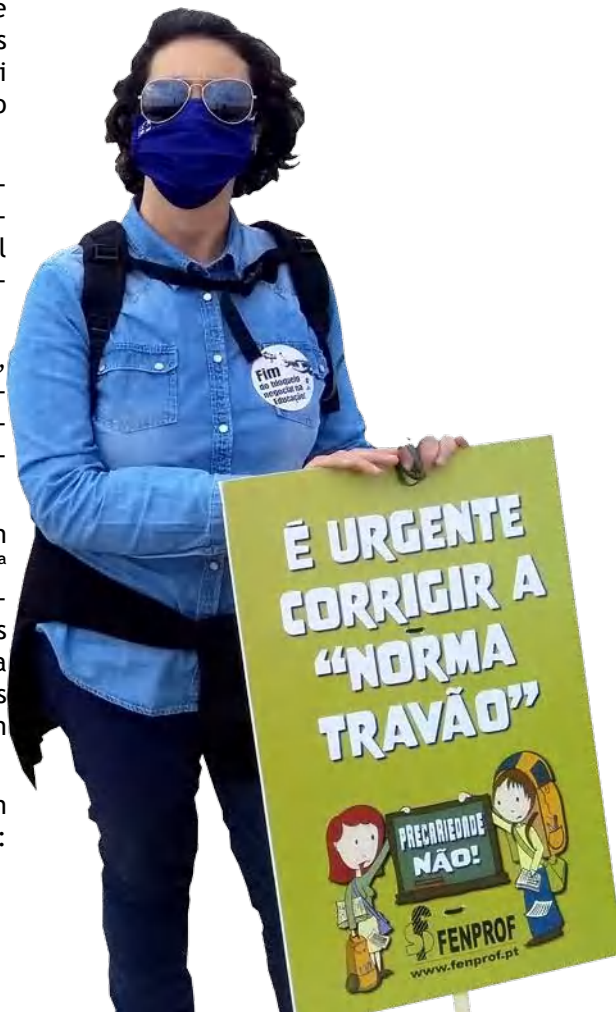
- um projeto de lei (BE) que determina a revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário;

- um projeto de Resolução (PSD), sobre o tempo de trabalho declarado à Segurança Social dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial.

Sem serem votados, baixaram para discussão e votação na 8.ª Comissão– Educação, Ciência, Juventude e Desporto – dois projetos de lei (PCP e BE) que preveem a vinculação de todos os docentes com vínculo laboral precário com cinco ou mais anos de serviço.

Não é demais informar que foram rejeitados os seguintes projetos: Lei com alterações ao regime de concursos (PCP); Lei para contabilização do tempo de trabalho, para efeitos de Segurança Social, dos docentes contratados a termo com horário incompleto (PCP); Resolução sobre redução das desigualdades que afetam os docentes contratados com horários incompletos (BE); Resolução sobre a realização de um concurso justo que valorize a carreira docente e respeite as necessidades das escolas (BE); Resolução sobre a criação de regras justas para os concursos docentes, que deem resposta às necessidades das escolas (PEV); Resolução sobre realização de um concurso justo que valorize a carreira docente e respeite as necessidades das escolas (PAN).

Com os professores, o SPZS a FENPROF continuarão a lutar por um regime justo de concursos para todos os docentes e para pôr fim à precariedade laboral.



É urgente e necessário o desbloqueio da negociação!

Nos últimos tempos, o SPZS e a FENPROF têm denunciado o bloqueio negocial estabelecido pelo Ministério da Educação e isso já não é novidade.

A FENPROF tem revelado que, há já algum tempo, anda a tentar que as reuniões com a tutela sejam com a presença do Ministro da Educação e que também sejam com a finalidade de estabelecer o justo diálogo sobre as atuais medidas tomadas pelo governo, no que diz respeito à educação e às quais pretende acrescentar o conjunto de reivindicações que têm feito parte dos discursos e bandeiras de luta desta federação.

Infelizmente, o responsável do Ministério da Educação tem recusado a sua presença e os outros responsáveis que o representam têm assumido sempre a mesma postura de informar sobre algumas medidas e decisões já assumidas e a recolha pacífica e desinteressada das propostas dos sindicatos da FENPROF, não abrindo qualquer possibilidade de diálogo e negociação das mesmas. Estas são atitudes que, para além de violarem a lei, são profundamente antidemocráticas, desvalorizam a educação e desrespeitam as organizações sindicais, representantes de professores e educadores.

O diálogo social é fundamental na resolução dos problemas do país e, neste caso, da escola pública, de quem lá trabalha e de quem dela usufrui. Permite estabelecer pontes entre quem, de facto, se encontra no terreno e quem nos governa. O Ministério da Educação, ao não enveredar por este caminho, abre a porta à conflitualidade, ao agravamento das condições de trabalho, assim como, dificulta a aprendizagem dos nossos alunos.

Por outro lado, o SPZS e a FENPROF têm apresentado um conjunto de propostas de resolução, tais como: a valorização da carreira docente, nomeadamente a recuperação do tempo de serviço congelado, mas já cumprido; a despenalização e a igualdade ao acesso aos 5º e 7º escalões; a resolução do problema das ultrapassagens; o vínculo permanente para professores com três ou mais anos de serviço. O rejuvenescimento de uma profissão que necessita atrair os mais jovens para uma carreira estável e valorizada, assim como, permitir uma saída digna dos mais velhos, através de um regime específico de aposentação, onde seja também possível a pré-reforma. É urgente responder aos problemas que continuam a ocorrer nas escolas devido às ilegalidades e abusos cometidos na atribuição de serviços e cumprimento do horário semanal de trabalho, acrescendo as condições de higiene e segurança no trabalho, evidenciados neste período de pandemia. Não se espera que haja imposição de ideias e propostas a ninguém, mas acredita-se que é, de facto, com o diálogo que se encontram soluções no mínimo aceitáveis para ambas as partes e que, assim, os problemas poder-se-ão resolver.

É acreditando nisso que o SPZS e a FENPROF têm vindo a pôr em prática uma série de iniciativas para impedir que, no atual panorama social, mais uma vez a Educação

seja colocada de lado e os professores sejam sacrificados em nome de uma suposta crise, que, sendo de todos, apenas alguns terão de pagar. Caso que já é notório na sucessiva diminuição da percentagem do PIB para a educação, no orçamento do estado.

Posto isto, é tempo de começar a resolver problemas de ordem socio-profissional e que afetam as condições de trabalho nas escolas.

É, também, altura de recuperar o tempo perdido e estabelecer normas de segurança e saúde no trabalho, como obriga a lei.

É, ainda, indispensável, negociar medidas que garantam que nenhum aluno ficará sem aulas devido à falta de professores, problema que, em algumas escolas, se arrasta desde o início do ano letivo.

É por tudo isto que o SPZS e a FENPROF exigem reuniões com o Ministério da Educação, onde possam apresentar as suas propostas específicas e objetivas. Tal não será possível enquanto o Ministério da Educação insistir no bloqueio negocial.

Face à situação a que se chegou, não resta outra alternativa aos professores e educadores que não seja lutar e protestar por diálogo, negociações e soluções concretas para os vários problemas da educação e da profissão docente.

www.spzs.pt

Professores do 1.º CEB

As condições de trabalho no 1.º CEB têm vindo a agravar-se e isso acentuou-se com a situação de pandemia que vivemos. O Ministério da Educação tem ignorado os professores e tem negado o diálogo negocial, tão necessário para a resolução dos problemas.

PS e governo limitaram-se a usar os docentes que exercem funções em regime de monodocência para efeitos de campanha eleitoral e para "ilustração" do programa de governo. No entanto, rapidamente deixaram cair as suas promessas no "esquecimento".

Mas porque o SPZS/FENPROF não esquece, tem entregado propostas, embora sem obter quaisquer respostas.

É preciso relembrar e exigir ao Ministério da Educação respeito pelo trabalho docente e pelas nossas reivindicações. Não deixes que se esqueçam das condições do teu trabalho, nem das tuas reivindicações!

Envia a tua carta! Para conheceres o texto e poderes subscrevê-lo, informa-te em www.spzs.pt.

Carta ao Ministro da Educação

Ex.mo Senhor Ministro da Educação

As condições de trabalho no 1.º CEB, já de si complexas, agravaram-se face à situação de pandemia que se vive. Para este agravamento contribuíram, entre outros aspetos, a não redução do número de alunos por turma, o envelhecimento da classe docente, o aumento para a idade da aposentação e o desrespeito pelos horários de trabalho.

O Partido Socialista, no seu programa eleitoral e posteriormente no programa de governo, fez referência aos professores em monodocência: "Sem contrariar a convergência dos regimes de idade da reforma, encontrar a forma adequada de dar a possibilidade aos professores em monodocência de desempenhar outras atividades que garantam o pleno aproveitamento das suas capacidades profissionais". Até hoje, o governo não apresentou qualquer proposta para concretizar esse compromisso, que parece ter sido usado apenas com fins eleitoralistas.

Reiterando as exigências para o exercício profissional docente neste nível de ensino, constantes de carta reivindicativa do setor e de milhares de postais entregues, em março de 2020, ao Ministério da Educação, entendo que as mesmas não podem deixar de ser consideradas, nomeadamente através da abertura de processos negociais com vista à resolução dos problemas, designadamente os seguintes:

1. Redução do número de alunos por turma;

2. Redução para 22 horas da duração semanal da componente letiva;

3. espeito pelos horários de trabalho e reconhecimento do intervalo como uma pausa que integra a componente letiva;

4. Integração de todo o trabalho desenvolvido com alunos na componente letiva;

5. Desenvolvimento das atividades de ocupação de tempos livres exclusivamente em horário pós-letivo e alteração do atual modelo de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

6. Aprovação de um regime de aposentação que considere o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício continuado da profissão;

7. Dispensa total da componente letiva, por um ano, aos 20, 25 e 30 anos de serviço, sendo vedada a atribuição de qualquer atividade direta com os alunos;

8. Instituição de regras claras e objetivas quanto à distribuição dos docentes pelas escolas que integram cada agrupamento e criação de bolsa de docentes para substituições em caso de ausências de curta duração;

9. Eliminação de tarefas burocráticas e administrativas que ocupam boa parte da atividade docente;

10. Obrigatoriedade da inclusão de, pelo menos, um docente na direção dos agrupamentos e exigência de um modelo de gestão democrático.

11. Dispensa da componente letiva para a realização de ações de formação contínua obrigatória;

12. Fim do processo de municipalização.

Estas exigências não podem deixar de ser consideradas e devem ser motivo para a abertura urgente de um amplo debate sobre a reorganização deste nível de ensino e a necessária negociação sobre alguns aspetos das condições de trabalho neste setor.

Exigimos negociações e soluções

para os problemas dos professores

Ações de Luta

6, 13, 20 e 27 maio

11H00 - Lisboa

Palácio da Ajuda

AGIR PARA MUDAR

06 Tornar justos os concursos
Eliminar a Precariedade

13 Por uma Aposentação justa
Rejuvenescer a profissão

20 Melhorar as condições de trabalho
Eliminar abusos e ilegalidades
nos horários

27 Recompor e valorizar
a carreira docente

| Faltas justificadas ao abrigo da Lei Sindical

FENPROF Norte SPRC SPGL SPZS SPM SPRA SPE

SPGL D.I.P. 2021

lista A

"RESPEITAR E VALORIZAR OS DOCENTES E INVESTIGADORES, DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA"

PROGRAMA DE AÇÃO

Comemoram-se este ano os 45 anos da fundação do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS). Fundamentando a sua ação nos princípios da liberdade, da democracia, da independência, da unidade, do sindicalismo de massas numa conceção ampla do sindicalismo docente (conforme consta nos estatutos), o SPZS desde logo assumiu a responsabilidade de defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos dos professores, considerados individualmente ou como grupo profissional, promovendo, alargando e desenvolvendo a unidade e a ação comum dos docentes e suas organizações.

Nunca virando as costas à luta, o SPZS orgulha-se de fazer parte de um conjunto de atores que têm contribuído para a transformação do país, cumprindo e defendendo os propósitos de Abril, exigindo melhores condições de vida e de trabalho. Agendadas para o dia 18 de Maio de 2021, as eleições no SPZS para os Corpos Gerentes do triénio 2021-2024 realizam-se num quadro de grandes constrangimentos sociais e económicos que a pandemia de Covid 19 veio agravar.

O encerramento das escolas e jardins de infância, nos dois períodos de confinamento, com o consequente recurso a uma resposta de emergência através do "ensino não presencial", trouxe novos problemas, nomeadamente, perdas assinaláveis nas aprendizagens e o agravamento das desigualdades entre alunos, bem como a desregulação do trabalho, com grandes implicações ao nível dos direitos socioprofissionais dos trabalhadores da educação.

O SPZS/FENPROF, neste contexto pandémico, sempre exigiu que fossem adotadas medidas que permitissem que nas escolas/jardins de infância se aplicassem as mesmas medidas de higiene e distância sanitária que se aplicam na comunidade, nomeadamente, reforço de pessoal docente e não docente nas escolas, redução do número de alunos por turma, testagem massiva da população escolar e um plano de vacinação que não poderia excluir os profissionais da educação.

Estes são traços que vêm marcando a situação com que nos deparamos e que a pandemia veio acentuar. Alguns centros de decisão veem nesta crise uma oportunidade de negócio e de acumulação de riqueza, acelerando processos de precarização das relações de trabalho e de fragilização do movimento sindical, onde a área da educação não é exceção.

No nosso país estas dinâmicas estão bem presentes. Aprofunda-se o ataque aos sindicatos e à intervenção sindical, num quadro em que se violam os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores e se procura impedir a entrada dos nossos sindicatos nas empresas e locais de trabalho, dificultando o livre exercício de ação e organização sindical, desvalorizando a estrutura sindical, os seus dirigentes, delegados e ativistas sindicais, enquanto outros, fabricam movimentos ditos inorgânicos e de sindicatos proveta de pendor corporativista e com práticas contrárias aos reais interesses dos trabalhadores, assentes num aparente radicalismo inconsequente. Dizendo-se "independentes" e em contraponto aos que apelidam de "tradicionais", são, afinal, tal como a prática comprova, expressões recorrentes e percursoras dos objetivos de divisão dos trabalhadores, de desagregação e descaracterização do movimento sindical unitário e do seu projeto de transformação social, consubstanciado na CGTP-IN.

Será a luta, a mobilização e esclarecimento dos trabalhadores, a sua sindicalização e organização, o elemento central para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do país, na defesa de um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano, indissociável da visão progressista da democracia em todas as suas dimensões – política, económica, social e cultural, como a Constituição da República Portuguesa Consagra.

Na nossa área sindical, como a nível nacional, no âmbito da FENPROF ou, em contextos mais abrangentes, na Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) e na CGTP-IN, o SPZS continuará a afirmar a sua matriz, por considerar ser a que melhor serve os professores, educadores, investigadores e docentes aposentados que representa, bem como a generalidade dos trabalhadores.

As medidas adotadas na última década, pelos vários governos, para a educação e investigação do ensino público e privado foram marcadas pelo desinvestimento, desvalorização das carreiras, aumento da precariedade e do desemprego, agravamento das condições e dos horários de trabalho e dos requisitos para a aposentação.

O financiamento da educação teve uma redução muito significativa e, em pouco mais de 10 anos, a percentagem do PIB para a educação passou de 5,2% para os atuais 3,2%, ocupando Portugal um dos últimos

lugares do ranking europeu nesta área.

Estes cortes foram executados, sobretudo, à custa de uma fortíssima redução de recursos humanos, fruto de medidas economicistas, com destaque para as sucessivas alterações aos currículos, o aumento dos horários de trabalho ou o forçado encerramento das escolas de proximidade que, no espaço de uma década determinou que a redução do número de professores tenha sido 3 vezes superior à redução do número de alunos.

Não é a diminuição da população escolar que tem levado à redução do número de professores e ao encerramento de estabelecimentos escolares, mas as opções políticas dos vários Governos: numa década o número de docentes diminuiu 16% no Alentejo, o dobro dos 8% no Algarve, médias só por si preocupantes e, que não têm qualquer correspondência com a realidade demográfica de cada uma das regiões. No mesmo período de tempo, o decréscimo de alunos no Alentejo foi na ordem dos 6,3%, enquanto no Algarve houve mesmo um aumento de cerca de 2%.

Na área geográfica do SPZS, o resultado do encerramento de escolas, da fusão e agregação de escolas, da criação de centros escolares à custa do encerramento das escolas de proximidade, da imposição dos mega-agrupamentos, do aumento do número de alunos por turma, da reorganização curricular, da eliminação de disciplinas ou redução da sua carga horária, das alterações e manipulação dos horários de trabalho dos docentes, do desrespeito pelas normas de constituição de turmas com alunos que apresentam necessidades educativas especiais, e a redução do número de profissionais da educação, têm levado a resultados desastrosos para o Alentejo, para o Algarve e para o País.

Quando as políticas são de ataque à Escola Pública, muitas vezes concretizadas em medidas de desvalorização dos seus profissionais, acabam por também se refletir na capacidade de organização, funcionamento e resposta dessa escola de todos e para todos.

No ensino superior, a redução do número de docentes, o aumento da precariedade para os docentes convidados e investigadores, assim como os insuficientes concursos externos e de progressão na carreira resultaram de severos cortes nos orçamentos de funcionamento das instituições e escolas.

No que respeita aos investigadores, o principal problema é a precariedade. Com a Ciência a viver, em grande parte, de fundos europeus e num acentuado subfinanciamento para o desenvolvimento de projetos de investigação em vários domínios científicos, o edifício assenta numa frágil estrutura que põe em risco o seu futuro. O governo tem anunciado programas específicos de combate à precariedade na Ciência, tais como o PREVPAP ou o emprego científico, mas, na verdade, são programas impostos pela impossibilidade de disfarçar o problema e que não o resolvem.

Ao longo dos anos as despesas com a educação foram sendo reduzidas, por vias que a CRP não consagra. Privatizar, municipalizar e substituir financiamento público por fundos comunitários, têm sido as linhas de orientação de sucessivos governos.

A redução de despesas e a falta de investimento na educação fazem-se sentir na quantidade, na diversidade, na estabilidade, nas condições de trabalho e no respeito pelos direitos dos seus profissionais, designadamente no que respeita às suas carreiras, à necessidade de rejuvenescimento dos diversos corpos profissionais ou à organização dos respetivos horários de trabalho que, há muito, deixaram de corresponder à duração e organização que a lei estabelece. Às escolas faltam docentes, assistentes operacionais, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, entre outros profissionais.

No momento em que se realizam as eleições para os corpos gerentes do SPZS, estamos na primeira metade da atual Legislatura. O tempo já não é o de resolver problemas avulsos, mas o de tomar medidas de fundo que respondam aos problemas estruturais do sistema educativo português, às necessidades das escolas e que valorizem os profissionais do setor, respeitando os seus direitos e melhorando as suas condições de trabalho.

Contudo, o Governo tarda em dar resposta a este conjunto de reivindicações, assumindo mesmo uma postura anti-negocial e de bloqueio, demonstrando falta de cultura democrática e desrespeito pelos docentes e pelas suas organizações sindicais. É neste contexto que a lista "RESPEITAR E VALORIZAR OS DOCENTES E INVESTIGADORES, DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA" se candidata à eleição para os Corpos Gerentes para o triénio 2021-2024 com o objetivo de continuar o trabalho centrado nas escolas, nos docentes e investigadores, para a resolução dos seus problemas, para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, para a luta reivindicativa diversificada e continuada, para a defesa de uma Escola Pública gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade.

Propomo-nos continuar a defender e reforçar o modelo de sindicalismo combativo, de massas e de classe, centrado nas escolas e baseado num profundo conhecimento dos problemas concretos dos professores, educadores, investigadores, no ativo, desempregados ou aposentados, contando com todos para a reflexão, construção de propostas e na mobilização para a ação.

Os candidatos da lista "RESPEITAR E VALORIZAR OS DOCENTES E INVESTIGADORES, DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA" propõem:

- Combater o divisionismo e o anti-sindicalismo reforçando a unidade sindical na ação com os professores, educadores e investigadores aumentando a presença e proximidade dos dirigentes do SPZS nas escolas e jardins de infância;

- Aumentar a rede de Delegados Sindicais com vista ao aumento da qualidade da ação sindical;

- Organizar ações de formação sindical para delegados e dirigentes sindicais, no sentido de reforçar o conceito de um sindicalismo de classe;

- Continuar a investir na diversificação e melhoria do apoio aos sócios;

- Continuar e reforçar a organização de ações de formação gratuitas, destinadas aos associados do SPZS;

- Continuar o trabalho sindical setorial, respeitando as especificidades próprias de cada setor, tendo sempre como horizonte a ação sindical do SPZS como um todo;

- Desenvolver iniciativas e ações que contribuam para afirmação do SPZS no plano regional e nacional, conducentes ao debate coletivo sobre, entre outras, as opções e problemas de fundo de política educativa, científica e cultural;

- Insistir na adequação dos métodos da atividade sindical às necessidades dos jovens educadores, professores e investigadores, procurando envolvê-los com maior regularidade nas iniciativas e reforçando a sindicalização;

- Reforçar a intervenção sindical nos Ensinos Superior, Particular e Cooperativo e IPSS, bem como em outras instituições não tuteladas pelo ME;

- A vinculação dos milhares de docentes e investigadores que, há muitos anos, são vítimas da precariedade;

- Reorganização dos horários de trabalho de forma a combater o acelerado desgaste dos docentes, com medidas como a definição clara dos conteúdos das componentes letiva e não letiva, a igual carga letiva para todos os níveis de ensino, a conversão da redução por antiguidade (artigo 79.º do ECD) em horas de trabalho individual;

- A recuperação de todo o tempo de serviço cumprido pelos professores nos períodos de congelamento;

- Consideração, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço prestado em creche;

- Lutar pela criação de um regime especial de aposentação que trave o preocupante envelhecimento do corpo docente e promova o indispensável rejuvenescimento geracional da profissão docente;

- Lutar contra o processo de municipalização em curso;

- Pugnar pela aprovação de um regime de concursos que promova a estabilidade dos docentes, designadamente através de um regime de vinculação adequado e de normas que respeitem princípios de equidade, justiça e transparência;

- O combate à precariedade, com a abertura de novos concursos de vinculação extraordinária de docentes, contemplando também os docentes de Música e Dança, bem como os das escolas de Ensino Artístico; consideração de todas as situações de efetiva precariedade que continuam a afetar docentes do ensino superior, designadamente leitores e professores auxiliares, bem como investigadores;

- A promoção de uma escola saudável e ecológica que sirva de exemplo à sociedade, para uma transição climática e ambiental justa;

- A dotação de recursos nas escolas para que contribuam para o cumprimento da Estratégia Nacional para a Educação Ambiental;

- A criação de uma rede pública de creches;

- A universalidade da oferta da Educação Pré Escolar para as crianças de 3 e 4 anos de idade e a obrigatoriedade da sua frequência no ano anterior à entrada no Primeiro Ciclo do Ensino Básico;

- A redução efetiva do número de alunos por turma;

- O reforço dos recursos indispensáveis à afirmação da escola como espaço inclusivo;

- A valorização das vias artísticas e profissionais, desde logo a começar pelo seu financiamento;

- A Criação de grupos disciplinares para as áreas da Dança e Teatro;

- A substituição do atual regime de administração e gestão das escolas,por um regime de gestão democrática, onde prevaleçam os critérios de natureza pedagógica. A participação é a essência da democracia. Os docentes, os trabalhadores não docentes, pais e encarregados de educação e alunos devem participar na gestão das escolas, contribuindo assim para a construção de uma Escola Pública, Democrática, Inclusiva e de qualidade;

- A adoção de medidas adequadas que permitam a progressão salarial/avaliação justa, no Ensino Superior;

- Combater a precariedade no Ensino Superior e na Ciência, exigindo um financiamento público adequado e vínculos estáveis;

- A definição de um Plano Nacional Global sobre o Envelhecimento e Dependência (PNG-ED) que consagre uma política integrada para a população aposentada/reformada e idosa, que tenha em conta o art.º 72 da Constituição Portuguesa (CRP) e o Plano de Ação Internacional de Madrid sobre o envelhecimento (2002);

- Continuar a desenvolver ações nos mais diversos planos, em defesa dos direitos dos professores e educadores aposentados;

- Reivindicar o acesso à formação contínua gratuita, promovida pelos centros de formação de agrupamentos de escola em todas as áreas de formação;

- Dar continuidade às ações de formação gratuitas aos sócios do SPZS através do Centro de Formação Manuel Pinho/SPZS;

- Continuar a afirmar a FENPROF como uma organização de referência no contexto sindical e na área da Educação, contribuindo para o re-

lista A

força de uma FENPROF combativa, interveniente e mobilizadora, criadora de consensos e convergências;

- Intensificar a ligação com o Movimento Sindical Unitário: no âmbito da administração pública com a Frente Comum, com todos os outros trabalhadores no seio da CGTP-IN e das Uniões Distritais e em particular nas ações que visem a unidade dos trabalhadores, na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e de um futuro melhor;

- Privilegiar a rentabilização de meios e recursos, humanos e técnicos, nomeadamente no plano do Movimento Sindical Unitário, através das Casas Sindicais em Beja, Portalegre e Portimão;

- Aprofundar o envolvimento com a comunidade educativa, nomeadamente Autarquias Locais, Associações de Pais e de Estudantes, contribuindo para a exigência de melhores condições de trabalho e funcionamento das escolas;

- Apoiar as iniciativas de organizações e movimentos sociais unitários que visem a consolidação do desenvolvimento local e regional;

- Continuar a participar em ações de defesa dos bens públicos, da igualdade de oportunidades, da Paz e em todas as áreas em que estejam em causa os direitos fundamentais dos cidadãos.

É nas escolas e nos centros de investigação científica que se organiza a vida sindical, pois é aí que nasce e se desencadeia a ação reivindicativa e se afirma a capacidade de resposta do sindicato aos problemas concretos dos docente e investigadores.

É nos locais de trabalho, que se sindicaliza, se elegem os delegados sindicais e se encontram os quadros que, no futuro, dirigirão a organização.

O sindicato é o universo dos docentes que representa. De entre estes, alguns são eleitos para assumirem a sua direção, mas o sindicato não se resume aos dirigentes ou delegados sindicais eleitos. O sindicato tem o rosto de todos os que nele se encontram filiados, sendo que, as suas ações e conquistas sindicais se estendem a todos os profissionais.

Os 45 anos do SPZS são o reflexo da vontade coletiva dos associados em mantê-lo forte e coeso, na procura incessante de resposta aos seus anseios e reivindicações, e também o exemplo maior de que a unidade na ação é a melhor resposta aos deliberados e continuados ataques que têm tentado enfraquecer a Escola que de Abril brotou. Quatro décadas e meia de luta e esperança que nos ensinam que quem luta pode perder ou ganhar, mas que quem não luta perde sempre!

Os problemas que afetam os professores, educadores e investigadores mantêm-se, refletindo-se no seu exercício profissional e na sua vida pessoal. O SPZS defenderá, como sempre, que a ação reivindicativa seja acompanhada de propostas e que a negociação seja seguida pelos professores que terão de se sentir mobilizados para agir e lutar e, dessa forma, pressionar o governo dando força às suas reivindicações. É nesta associação entre negociação e luta, entre protesto e proposta que a ação sindical se afirma.

O reforço do SPZS deverá continuar pela reestruturação sindical, pela adoção de boas práticas e mais envolvimento e interação, trabalhando de forma a disponibilizar mais meios para a atividade sindical. Reforçando o trabalho coletivo, o trabalho de direção na zona, na Direção Central, em estreita ligação com as Direções Distritais, mas sempre com um objetivo: afirmar o SPZS na Zona Sul.

A Lista "RESPEITAR E VALORIZAR OS DOCENTES E INVESTIGADORES, DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA" não tem dúvidas de que a construção de um futuro melhor, socialmente comprometido, passa inevitavelmente pelo reforço do sindicato e por uma fortíssima ação sindical, assente num sindicalismo de classe, democrático e solidário.

Évora, 16 de Abril de 2021

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

MARIA DO CÉU COSTA
Aposentada
Évora

ANTÓNIO LUÍS VENTURA
QA
Faro

CLEMENTINA G. MIRANDA
Aposentada
Portalegre

MARIA CAROLINA CASTILHO
QA
Beja

DELFINA MARIA ROSADO
Aposentada
Évora

Suplente

MARIA MARGARIDA ARAÚJO
QA
Évora

CONSELHO FISCAL

DUARTE NUNO BRITO
Aposentado
Faro

FRANCISCA DE FÁTIMA FAÍSCO
Aposentada
Beja

JORGE MARIA LOURIDO
Aposentado
Évora

MARIA EDUARDA REBELO
Aposentada
Évora

FRANCISCO CID CARRETEIRO
Prof. Adjunto
Portalegre

Suplente

MARIA HELENA CURADO
Aposentada
Évora

DIREÇÃO CENTRAL

Ana Luísa Cayola
2,3/SEC
Portalegre

Claudio Trindade
Contratado
Portalegre

Elsa Nascimento
2,3/SEC
Portalegre

José Janela
2,3/SEC
Portalegre

Maria de Fátima
2,3/SEC
Portalegre

Paulo Félix
2,3/SEC
Portalegre

Pedro Reis
2,3/SEC
Portalegre

Teresa Coelho
Ens. Superior
Portalegre

António Rebelo
2,3/SEC
Évora

Joaquim Oliveira
1CEB
Évora

Joaquim Ramalho
2,3/SEC
Évora

Lúcia Cardoso
Contratada
Évora

Luís Santos
2,3/SEC
Évora

Margarida Pereira
1CEB
Évora

M.Antónia Fialho
Pré-Escolar
Évora

M.Clara Grácio
Ens. Superior
Évora

M.Graça Nascimento
1CEB
Évora

Maria F. Moreira
Ed. Especial
Évora

Maria R.Carvalhal
Ed. Especial
Évora

M.Elmina Lopes
Ens. Superior
Évora

M.Fernanda Recto
2,3/SEC
Évora

Sónia Lucena
Ens. Superior
Évora

Ana Paula Cardoso
2,3/SEC
Beja

Anabela Ramos
2,3/SEC
Beja

Célia Casaca
2,3/SEC
Beja

Cristina Barata
2,3/SEC
Beja

Elsa Isabel Dores
2,3/SEC
Beja

Emília Encarnação
Pré-Escolar
Beja

José M.Ribeiro
1CEB
Beja

Manuel Nobre
2,3/SEC
Beja

Maria Fé Carvalho
1CEB
Beja

M.Lurdes Quirino
1CEB
Beja

M.Odete Palma
1CEB
Beja

M.Rosalina Caeiro
1CEB
Beja

Ana C.Simões
Ed. Especial
Faro

Ana M.Baião
Pré-Escolar
Faro

lista A

André Lara Ramos
2,3/SEC
Faro

António Silva
2,3/SEC
Faro

António Cunha
2,3/SEC
Faro

António Macedo
2,3/SEC
Faro

António J.Pais
2,3/SEC
Faro

Carlos L.Marques
2,3/SEC
Faro

Catarina Marques
Ed. Especial
Faro

Cátia Cristiano
EPC
Faro

Cristina Ferreira
1CEB
Faro

Elisabete Isabel
2,3/SEC
Faro

Emmanuel Luz
2,3/SEC
Faro

Fernando Delgado
2,3/SEC
Faro

Isa Martins
2,3/SEC
Faro

Joaquim Contreiras
Ens. Superior
Faro

Julica Engel
EPC
Faro

Lino Gago
2,3/SEC
Faro

Maria Amália G.
Pré-Escolar
Faro

M.Cristina Lourenço
2,3/SEC
Faro

M.João Sales
2,3/SEC
Faro

Sandrina Coelho
1CEB
Faro

Valentim Santos
1CEB
Faro

Suplentes

Maria R.Lança
2,3/SEC
Beja

Sónia E.Franco
2,3/SEC
Faro

M.Céu Rosa
2,3/SEC
Évora

Alda R.Pais
1CEB
Portalegre

Rui J.Travasso
Contratado EAE
Faro

Nuno M.Sequeira
2,3/SEC
Portalegre

DIREÇÃO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Alcina Raposo
Ed. Especial
Portalegre

Amândio Valente
1CEB
Portalegre

Carla M.Fino
2,3/SEC
Portalegre

João M.Orelhas
2,3/SEC
Portalegre

José J.Pinheiro
2,3/SEC
Portalegre

M.Guiomar Ralo
Pré-Escolar
Portalegre

Paula C.Oliveira
1CEB
Portalegre

Suplente

Helena Palmeiro
2,3/SEC
Portalegre

DIREÇÃO DISTRITAL DE ÉVORA

Ana M.Balixa
Ed. Especial
Évora

Catarina C.Loios
2,3/SEC
Évora

Cláudia Ramalhinho
1CEB
Évora

Graziela Mendes
Pré-Escolar
Évora

João Simas
2,3/SEC
Évora

José A.Caixeiro
1CEB
Évora

Lilia Espadinha
1CEB
Évora

Maria C.Vasques
Ed. Especial
Évora

Paula M.Gaspar
2,3/SEC
Évora

Rosa M.Costa
2,3/SEC
Évora

Sandra I.Caeiro
2,3/SEC
Évora

Suplentes

Fernanda A.Alves
2,3/SEC
Évora

Maria F.Figueira
2,3/SEC
Évora

M.Prazeres Bom
1CEB
Évora

DIREÇÃO DISTRITAL DE BEJA

Carlos L.Barata
2,3/SEC
Beja

Cristina Rodrigues
2,3/SEC
Beja

Dina P.Marques
2,3/SEC
Beja

Ildefonso Godinho
2,3/SEC
Beja

Maria F.Pestana
Ed. Especial
Beja

Maria F.Izidoro
2,3/SEC
Beja

Maria M.Vitorino
Pré-Escolar
Beja

Paula C.Lança
2,3/SEC
Beja

Paula C.Barata
1CEB
Beja

Suplente

Alexandre Borralho
Contratado
Beja

DIREÇÃO DISTRITAL DE FARO

Beatriz Calafate
1CEB
Faro

Carla S.Leite
2,3/SEC
Faro

Carla S.Lyra
2,3/SEC
Faro

Catarina P.Sena
Ed. Especial
Faro

Domingos Ramalho
2,3/SEC
Faro

Dulce Vilhena
2,3/SEC
Faro

José Ferreira
2,3/SEC
Faro

Lígia Martins
Pré-Escolar
Faro

Liliana Candeias
Contratada Pré-E.
Faro

Lucília Belchior
Ed. Especial
Faro

Maria G.Franzky
2,3/SEC
Faro

Maria M.Barros
2,3/SEC
Faro

Maria M.Jorge
2,3/SEC
Faro

Mário J.Carvalho
2,3/SEC
Faro

Sónia Fernandes
2,3/SEC
Faro

Suplentes

Sandra L.Jesus
2,3/SEC
Faro

Ilda C.Contrins
Contratada 1CEB
Faro

Eleição dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Zona Sul, para o triénio de 2021/2024

Conforme regulamento eleitoral em anexo nos Estatutos do SPZS e deles parte integrante, publicados no BTE n.º 26 de 15/7/2014 e alterações publicadas no BTE n.º 5/2/2015, divulgam-se as listas de candidatos ao ato eleitoral para eleição dos Corpos Gerentes do SPZS para o triénio 2021/2024 que terá lugar no dia 18 de Maio de 2021.

Os Estatutos e respetivos regulamentos podem ser consultados em www.spzs.pt

- Podem participar no ato eleitoral todos os sócios do SPZS que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos sindicais, nos termos do artigo 75º dos Estatutos, nomeadamente, desde que tenham pago as suas quotas, quando devidas, até ao dia 28 de fevereiro de 2021.

Os cadernos eleitorais, dos quais constarão todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, serão afixados na sede, nas delegações e na subdelegação do Sindicato a partir de 28 de março.

Os sócios que se encontrem em mora quanto ao pagamento das suas quotas sindicais poderão participar na Assembleia Eleitoral mediante regularização da sua situação no prazo de 15 dias contados a partir de 28 de março, nos termos do artigo 85º dos Estatutos.

- As mesas de voto funcionarão na sede, nas delegações e na subdelegação do Sindicato, ininterruptamente, entre as 9H00 e as 19H00 do dia 18 de maio de 2021.

- Face à situação de pandemia que se vive e às restrições daí decorrentes no tocante a deslocações e participação em eventos coletivos, a Mesa da Assembleia Geral, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo disposto nos artigos 64º, alínea h), e 76º dos Estatutos, deliberou, ouvidos os demais corpos gerentes do Sindicato e ao abrigo do disposto no artigo 5º, nº 1, da Lei 1-A/2020, de 19 de Março, instituir, no âmbito deste processo eleitoral, a possibilidade de exercício do direito de voto por meios telemáticos, para além dos demais meios expressamente previstos nos Estatutos.

Para este efeito, será enviado a todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos sindicais, por e-mail, por SMS ou por via postal, até ao dia 5 de maio, um código pessoal de acesso a uma plataforma eletrónica instalada no site do Sindicato (www.spzs.pt), que, usado conjuntamente com a indicação do número de sócio, permitirá o exercício do direito de voto à distância em condições que garantem a fidedignidade da participação no ato eleitoral de cada sócio e o secretismo do sentido de voto.

O exercício do direito de voto por esta via apenas será permitido no período das 9H00 do dia 12 de maio até às 17H00 do dia 17 de maio de 2021 e, em caso de ocorrência de anomalia que impeça o voto por esta via ficará sempre garantida a possibilidade de voto presencial.

Para votar, o/a colega, poderá optar por:

1 - VOTO PRESENCIAL:

Nas Mesas de Voto instaladas na sede, nas delegações e na subdelegação do Sindicato no dia 18 de Maio.

2 - VOTO PRESENCIAL CONDICIONAL:

Em qualquer uma das Mesas de Voto. Poderão votar nestas condições os sócios que, dirigindo-se a uma Mesa de Voto, não constem no respetivo Caderno Eleitoral.

Neste caso, os membros da Mesas colocarão:

a) O boletim de voto no envelope branco, fechando-o e não escrevendo nada neste envelope;

b) O envelope branco (o que já contém o boletim de voto) no envelope RSF;

c) No envelope RSF, fora do envelope que contém o boletim de voto, fotocópia do cartão de sócio.

3 - VOTO POR CORRESPONDÊNCIA:

a) Vote, utilizando para o efeito o boletim que recebeu com esta revista Intervir;

b) Dobre o boletim de voto em quatro, com a face preenchida para dentro;

c) Coloque o boletim de voto no envelope branco, que recebeu junto com o boletim de voto, e feche-o. Não escreva nada neste envelope;

d) Introduza o envelope branco (o que já contém o boletim de voto) no envelope RSF que também recebeu para o efeito – não precisa de selo;

4 - VOTO ELETRÓNICO

Junto com a revista Intervir, receberá por via postal um *username* e uma *password* que deverá ser validada no site desenvolvido para o efeito (acessível em www.spzs.pt).

Ao validar o seu *username* e *password*, o site (entre 12 e 17 de Maio) irá automaticamente enviar a sua *password* definitiva via e-mail ou sms, consoante a sua opção.

De seguida exerça a sua opção de voto em www.spzs.pt

A precariedade do trabalho académico e científico em Portugal

A precariedade do trabalho académico e científico, em Portugal, continua a crescer e sem ser resolvida. Apesar de um conjunto de alterações legislativas desde 2016, nomeadamente Emprego Científico DL 57 2016, Lei 57 2017, Lei 24 2018 e PREVPAP, com vista a promover uma melhoria das condições dos trabalhadores doutorados, estes continuam na precariedade uma vez que apenas 10% foram integrados na carreira académica e 4% na científica.

Os restantes trabalhadores permanecem com contratos de trabalho a termo certo, em regime de bolsas e prestação de serviços, e alguns sem terem rendimento associado ao trabalho desenvolvido.

A FENPROF promoveu a realização de um questionário a fim de apurar o real estado destes trabalhadores no país. Este estudo teve como objectivos: caracterizar a população constituída pelos docentes e investigadores precários; as suas atividades; a relação desta população com o trabalho, com a sua situação perante trabalho e com as vivências subjectivas da precariedade.

O estudo realça que as mulheres são as principais afetadas (64,3%), com idades compreendidas entre os 30 e os 45 anos, em que a maioria possui rendimentos entre os 600 e os 1200€. Destas, 54% ainda não tem filhos. A esmagadora maioria destes trabalhadores são sindicalizados (85%).

O Investigador Júnior é a categoria mais representada entre os investigadores com contrato a termo certo, a maioria trabalha mais de 40 horas/semana e possui uma boa produtividade científica. Apesar da incerteza no futuro que conduz a uma desmotivação e stress constantes gerando emoções negativas como a ansiedade, aquela não se traduz em insatisfação com o desafio intelectual e com o grau de autonomia exercido.

Entre os docentes convidados, a categoria mais representada é a de Professor Auxiliar, em que 58% são mulheres, a maioria trabalha mais de 40 horas/semana e possui uma produtividade elevada. Apesar da incerteza no futuro e da instabilidade para a realização pessoal conduzindo a uma exaustão emocional sentida pelos docentes, aquela não se traduz nem em insegurança de que há uma contribuição válida para a sociedade, nem em insatisfação intelectual. Ainda assim, cerca de um terço de todos os inquiridos apresenta sinais elevados de burnout.

Inexistência de carreira, falta de transparência, imprevisibilidade, e

endogamia são sentidas pelos inquiridos relativamente às organizações académicas e científicas e sistema científico e tecnológico.

Também os docentes da carreira, cada vez menos, em número, no activo, se confrontam com a precariedade do financiamento do ES e o atingir níveis de desgaste inadmissíveis.

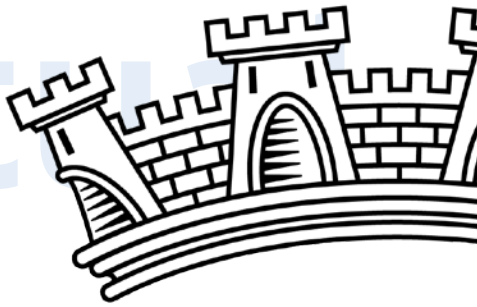
Enquanto o trabalho aumenta (porque felizmente aumenta o acesso ao Ensino Superior), tarda a promoção justa dos docentes mais antigos e não se vê nenhum do recrutamento e renovação do corpo docente esperados, como seria natural e já se conheceu no pós 25 de abril.

É, pois, urgente a renovação do corpo docente (professores auxiliares, mas também os do quadro, associados e catedráticos), sob pena de não se conseguir retomar o caminho de desenvolvimento cada vez mais necessário da Investigação e Ciência. As melhores gerações começam-se a aposentar, sem verem transmitidos os seus conhecimentos e experiência.

A perda para o país será bastante pior que o esforço de investimento.

Depois dos estudantes a custear o ES com as propinas, vieram os docentes? Não pode ser!

Municipalização da Educação



Em 2018, o governo, o PS e o PSD acordaram entre si a legislação de transferência de competências para as autarquias, consagrada na Lei-Quadro nº50/2018 relativa a diversas áreas da vida nacional. Posteriormente, em janeiro desse ano, através do Decreto-Lei nº 21/2018, o governo empurra para as autarquias locais um conjunto de responsabilidades na área da Educação.

Desde a primeira hora que a FENPROF e os seus sindicatos perceberam o que estava em causa com esta transferência de competências; por um lado, uma notória desresponsabilização do Estado numa matéria tão central como é a Educação; por outro lado, um acréscimo de encargos para as autarquias, num quadro de subfinanciamento crónico e deixando ao critério das opções políticas e dos recursos existentes em cada município o destino da escola pública, pondo em risco o caráter universal, gratuito, inclusivo e de qualidade consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Para além disso, esta dita transferência de competências transporta consigo outros perigos: a possibilidade de ingerência dos municípios em áreas que não devem sair da esfera de competência da Escola, a possibilidade, por falta de condições das autarquias para dar resposta às novas atribuições, de privatizar serviços, contratualizando privados para se responsabilizar por áreas e matérias que a Escola sempre exerceu e desempenhou de forma exemplar.

Algumas das competências que o governo pretende transferir para o âmbito das autarquias são refeições e cantinas escolares, ação social escolar, gestão do pessoal docente, AEC, gestão de recursos educativos, aquisição de bens e serviços, planeamento e gestão dos estabelecimentos de ensino.

A experiência tem-nos dado as provas necessárias de que esta transferência de competências não resulta, nem resultará. Senão vejamos os exemplos das refeições e cantinas escolares, que sempre foram asseguradas pelas Escolas e, ao serem entregues às autarquias, num ápice foram canalizadas para empresas privadas, que a propósito do lucro gerado, diminuíram a quantidade e qualidade do serviço prestado. Outro exemplo real, surge com a entrada de empresas privadas para operacionalizar as atividades extra curriculares (AEC), prestando um serviço de baixa qualidade aos alunos e pagando muito mal aos professores que contrata.

Podemos também ter em conta a realidade existente noutros países, que adotaram este modelo e que demonstram evidências que o mesmo não resulta. Na Suécia, por exemplo, depois de introduzida a municipalização, registou-se um aumento significativo das desigualdades na educação, uma vez que as famílias com mais posses passaram a escolher uma escola integrada num município mais rico. A mesma situação verificou-se em New Jersey (EUA), onde nos municípios ricos a taxa de sucesso escolar ronda os 98%, e nos municípios com orçamentos baixos, a taxa de sucesso ronda os 34%.

Na Dinamarca e na Holanda, após a municipalização, os professores passaram a ter salários individuais e diferenciados, a profissão deixou de ser atrativa e, é hoje comum ter jovens com o 12º ano a dar aulas devido à falta de professores.

Na Islândia, introduziu-se a municipalização em meados dos anos 90, e 15 anos depois sentiram a necessidade de reverter o processo para o modelo educativo inicial.

Com tantos maus exemplos do que é a municipalização da educação, é caso para questionarmos a razão que leva o governo, o PS e o PSD a insistir neste modelo. Como é que insistem em entregar responsabilidades de organizar o ensino e a rede escolar a autarquias com acesso tão díspar ao conhecimento, aos meios e recursos necessários e desconsiderando as diferenças próprias das diversas regiões do país?

Nelson Mandela dizia que "a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo" e, de facto, só pode ser por essa razão que os governantes e os seus velhos amigos do PSD insistem na municipalização da educação. Eles sabem que a educação é um elemento transformador da sociedade, de uma sociedade mais justa, equilibrada e inclusiva e não lhes interessa que assim seja.

Da nossa parte, continuaremos o combate à municipalização da educação, aliás, dando expressão à vontade dos mais de 50.000 professores e educadores que participaram na consulta pública sobre esta matéria e em que 98% afirmaram a sua oposição a este processo. Continuaremos a reunir com as autarquias locais no sentido de apelar à não aceitação destas competências, continuaremos a realizar debates e abaixo-assinados sobre estas questões e continuaremos a contar com os nossos colegas para o esclarecimento e informação dentro das escolas.

O que se exige para o futuro em matéria de educação e escola pública é um amplo processo de construção da autonomia e gestão democrática das escolas, é um sistema de aposentação justo, é a melhoria das condições de trabalho, é a valorização da profissão docente, é a alteração do regime de avaliação de desempenho, é a abolição de quotas e do regime de vagas para progressão na carreira, é o respeito pelo horários de trabalho e por todos os professores, educadores e investigadores.

O amianto nos edifícios escolares

A REMOÇÃO ACONTECE DEVAGAR, DEVAGARINHO, MUITO DEVAGARINHO E COM MUITOS PERIGOS PARA A SAÚDE

"Para fazer face a problemas de saúde ambiental provocados pelo amianto, o Parlamento Português aprovou a Lei 2/2011, visando a remoção de materiais com amianto existentes em edifícios públicos. Após consulta de documentos oficiais e entrevistas a responsáveis de entidades públicas e outros atores chave, demonstra-se que a lei só muito parcialmente foi cumprida. A maior parte da Administração Pública não estava preparada cientificamente nem tinha recursos humanos e financeiros suficientes para aplicar a legislação. O resultado foi um levantamento muito incompleto de edifícios com amianto. Só dois anos após o prazo previsto, e após grande pressão pública, com ampla e determinante cobertura mediática, se publicou uma primeira lista dos edifícios públicos com amianto em Portugal continental, não existindo ainda previsão do prazo de remoção total desse material." (...)

*Excertos do estudo »AMIANTO EM PORTUGAL: A DIFÍCIL APLICAÇÃO DA LEI 2/2011 de José Janela e Pedro Pereira **

O que os autores constatam neste parágrafo introdutório de um estudo para a revista GEONOVAS, tem o SPZS vindo a denunciar desde há anos. Mais recentemente, na listagem publicada pelo ME dos edifícios escolares identificados com materiais contendo amianto, verificamos que, não só este levantamento está incompleto, como a maioria das escolas ainda estão a aguardar as obras de remoção. Em 30 escolas/agrupamentos do Alentejo e Algarve, o SPZS confirmou em Fevereiro de 2021, que os trabalhos de remoção do amianto tinham ocorrido em 1 escola (EB Padre João Cabanita - Loulé) e estavam em curso em 2 outras (EB 2,3 de Nisa e EB de Monte Gordo).

Não menos importante, o SPZS tem verificado constantes violações da lei de cada vez que se procedeu às poucas, pouquíssimas intervenções para remoção do amianto nas escolas. Tudo o que vem descrito na legislação e que até está publicado na página da DGS, raramente é aplicado. - https://www.dgs.pt/saude-publica1/amianto.aspx - «No caso da exposição da população em geral, o nível de concentração das fibras de amianto em suspensão no ar deverá ser inferior a 0,01 fibra/cm3, valor considerado pela Organização Mundial da Saúde como indicador de área limpa.»

Até hoje não temos nota de uma única escola em que, tendo-se procedido à monitorização da qualidade do ar, os habitantes dos bairros na envolvente do local tenham sido avisados atempadamente da obra, dos prazos e das medidas cautelares que deveriam tomar. Também são raras as escolas em que foram realizadas medições credíveis da qualidade do ar.

Exemplos escandalosos do descuido com que são levados a cabo os trabalhos de remoção do amianto nas escolas podem dar-se às mãos cheias. Um caso recente, ocorrido após o encerramento das escolas em 22 de Janeiro, é o da retirada de parte do telhado do antigo edifício da Eb2,3 de Nisa, onde a poucos metros de distância, no novo Centro Escolar, estava a funcionar a escola de Acolhimento do concelho. A Câmara Municipal (cujo executivo se apressou a aceitar a transferência de competências da Educação em 2018 no chamado processo de "Descentralização") talvez encontrando no confinamento a lógica evidente de que estaria muito pouca gente ou ninguém nas redondezas, resolveu proceder a obras e mandou retirar uma parte do amianto. Das medições do ar antes, durante e após a obra, nem notícia e quanto aos alunos, professores e pessoal não docente que todos os dias estava no Centro Escolar, eram pouquinhos, uma "minoria insignificante" e, portanto, facilmente descartável.

Apesar das suas propriedades úteis e do seu baixo preço de produção, o amianto constitui um sério risco para a saúde. As fibras de amianto, leves e aerodinâmicas, facilmente se deslocam no ar; ao penetrarem nos pulmões, comportam-se como pequenos espinhos que não são expelidos ou aderem às paredes dos alvéolos pulmonares, desencadeando doenças graves, como asbestose, cancro do pulmão e mesotelioma (Strohmeier etal., 2010).

A utilização do amianto no passado deixou marcas profundas, estabelecendo-se, em vários países, uma relação direta entre a quantidade de amianto consumida ao longo da história e a taxa de doenças e mortes relacionadas com este material, pois, o contacto direto com amianto resulta sempre, ainda que após 30 a 40 anos de latência, num número proporcional de mortes (Lin et al., 2007). O efeito nefasto do amianto enquadra-se naquilo a que Nixon (2011) denominou de "violência lenta", uma violência gradual e invisível, cuja ação destrutiva se dilui no tempo e no espaço. Segundo Mori (2011), o amianto pode tornar-se uma das maiores calamidades industriais globais de todos os tempos.

(...) "A Lei 2/2011

A maior parte da legislação portuguesa sobre o amianto consiste na transposição de diretivas comunitá-

O AMIANTO MATA!

PELO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DO AMIANTO

rias e de convenções internacionais da Organização internacional do Trabalho (Janela & Pereira, 2016; Janela, 2017). Portugal foi o último país da União Europeia a proibir a comercialização e utilização de todos os tipos de amianto com o Decreto-Lei 101/2005 (MEI, 2005), que transpôs a Commission Directive 1999/77/CE, a qual determinava a proibição do amianto na União Europeia a partir de 1 de janeiro de 2005 (Comissão Europeia, 1999). Ainda antes dessa proibição a nível nacional, já existia preocupação política para combater o problema do amianto.

Assim, as Resoluções da Assembleia da República (RAR) 32/2002 (Assembleia da República, 2002) e 24/2003 (Assembleia da República, 2003) recomendavam ao governo que, no prazo de um ano, se procedesse à inventariação de todos os edifícios públicos que contivessem amianto na sua construção. Como nenhuma destas duas resoluções foi cumprida, a Assembleia da República (AR) aprovou a Lei 2/2011, decretando que o governo proceda ao levantamento e à monitorização regular dos edifícios públicos com amianto e que os respetivos utilizadores sejam informados da existência de materiais com amianto e da previsão do prazo da remoção dos mesmos (AR, 2011)."

(...) "Para analisar a aplicação da Lei 2/2011, deverá ser tido em conta que esta foi aplicada no triplo do tempo previsto e que as RAR 32/2002 e 24/2003 não tinham sido seguidas. O não cumprimento destas duas RAR pelo governo foi discutido ao longo dos anos, mas só em 2011, por proposta do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), foi aprovada por unanimidade a Lei 2/2011."

(...) "O levantamento dos edifícios, instalações e equipamentos públicos com amianto foi realizado com diversas falhas, tendo a consequente listagem sido tornada pública a 31 de julho de 2014, no portal do governo na internet (governo de Portugal, 2014). O levantamento foi incompleto, pois a lista não inclui: edifícios das regiões autónomas dos Açores e da Madeira; edifícios pertencentes às autarquias, como Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; edifícios desocupados; equipamentos como aeronaves, material circulante ferroviário, navios e outros veículos; e estruturas como estradas e canalizações da rede de distribuição de água e de saneamento. O levantamento foi parcial no que se refere à deteção de materiais com amianto. Por exemplo, no caso dos ministérios da Educação e Ciência (MEC) e da Justiça, centrou-se apenas na deteção da presença de fibrocimento (governo de Portugal, 2014)." (...)

(...) "O problema do amianto foi colocado na agenda política por diversas vezes, mas os prazos para a resolução do problema foram invariavelmente demasiado curtos: as RAR de 2002 e 2003 recomendavam o levantamento do amianto num ano; a Lei 2/2011 propôs o levantamento e a remoção do amianto no prazo de um ano; em 2014, a seguir ao caso da DgEg, pretendeu-se fazer o levantamento num prazo de dois meses; em 2017, o XXI governo Constitucional anunciou a remoção de amianto até 2020 (um prazo menos ambicioso), mas isso não aconteceu na sua legislatura. Face à amplitude e premência deste problema de saúde pública, pode afirmar-se que os progressos para a sua resolução, ou mesmo para o minimizar, têm sido demasiado lentos."

Em 19 de Dezembro de 2019 a FENPROF, FAPAS (Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens), MESA (Movimento Escolas Sem Amianto), QUERCUS e Associação ZERO entregaram uma Queixa contra o Estado Português por incorreta transposição e desrespeito pela Diretiva Comunitária 2009/148/CE, relativa à remoção do amianto, e desrespeito pela Lei 2/2011 que transpõe aquela Diretiva.

A 23 de Junho de 2020 foi publicado o Despacho nº 6573/2020 que identifica equipamentos escolares para intervenções de remoção e substituição do amianto. Esse despacho constitui um pequeno passo com vista à eliminação do amianto em Portugal, mas, numa análise mais profunda, pode vir a constituir um passo de gigante na desresponsabilização do Ministério da Educação e do Governo nesta matéria, pois transfere a competência da remoção das coberturas de amianto das escolas para as autarquias, que, para esse efeito, podem aceder a financiamento comunitário e sem qualquer tipo de esforço por parte do Orçamento de Estado.

Como já está amplamente provado, O AMIANTO MATA! O SPZS, desde a primeira hora e sempre, exige a remoção do amianto das escolas por esta ser uma premente necessidade de saúde pública para as comunidades escolares.

IDADE DE ACESSO À APOSENTAÇÃO

Se os docentes não tiverem a idade de acesso normal à aposentação, que é 66 anos 6 meses em 2021 e será 66 anos e 7 meses em 2022, sofrem uma dupla penalização que resulta de uma redução na pensão de 0,5% por cada mês que lhes falte para ter 66 anos e 6 meses (em 2021) e outra redução que resulta da aplicação do fator de sustentabilidade (em 2021, representa mais um corte na pensão de 15,54%).

Manuela Jorge

Professora Bibliotecária no Agrupamento de Escolas de Albufeira

Sou professora já com 39 anos de serviço e tenho 59 anos de idade. No final deste ano letivo, completarei 40 anos de serviço e irei festejar o meu 60º aniversário.

Vamos lá ver! Sinto-me em plenas condições de continuar a dar aulas, mas reconheço que já contribuí o suficiente para ter direito à aposentação ou a um regime de pré-aposentação. Apesar da minha disponibilidade para me manter ao serviço, tenho visto a necessidade de muitos colegas, que se encontram na mesma situação que eu, ao reclamarem e exigirem um regime de aposentação que lhes permita retirarem-se do ensino condignamente. Neste momento e como as coisas estão, acredito que muitos docentes se estejam a arrastar no ensino, por não haver um regime de aposentação que lhes reconheça, com o devido mérito, o tempo que dedicaram à escola pública.

Antónia Rôlo

Professora do 1.º ciclo do Ensino Básico 41 anos de serviço e 62 anos de idade - Évora

Todos sabem que o envelhecimento docente se tem acentuado na última década, de tal modo que, os professores com menos de 30 anos de idade são uma "quase miragem" nas nossas escolas.

Sinto, como é evidente, o desgaste inerente ao trabalho letivo e não letivo prestado em várias escolas deste nosso querido Alentejo;

Sinto que ao longo destas quatro décadas passei mais tempo a trabalhar, na e para a escola, do que com a minha família;

Sinto que já dei o meu contributo para a educação/ensino de algumas gerações deste país;

Sinto que os programas são demasiados extensos e, em muitos casos, os conteúdos pouco adequados ao desenvolvimento/maturidade da grande maioria dos alunos;

Sinto que é cada vez mais difícil gerir uma sala de aula no século XXI com "praticamente" os mesmos recursos do século XIX;

Sinto que as exigências burocráticas praticamente nos asfixiam;

Sinto que a redução das cinco horas letivas ao abrigo do artigo 79º do ECD é "um presente quase envenenado", na medida em que nos remete para tarefas de acompanhamento a alunos que acabam por ter caráter letivo ou funções que pouco ou nada têm a ver com a docência;

Sinto que não me quero aposentar com cortes de praticamente metade da pensão a que tenho direito;

Ser professor é um enorme desafio!

Ser professor até aos 66 anos e alguns meses de idade, é uma tarefa herculeana.

Considero que é tempo de dar lugar às novas gerações de professores que precisam de estabilidade para exercerem a profissão com dignidade.

Rosa Punilhas

58 anos, 31 anos de serviço - Grupo 400, 3ºCEB/Secundário - Évora

Professor, profissão de desgaste, para quando a aposentação antecipada?

A aposentação: longe da vista e longe do coração!

Ivone dos Anjos Fernandes

Professora de Português no Agrupamento de Escolas Silves Sul

Tenho 60 anos de idade e sou professora há quase 35 anos. Sei que ainda é muito cedo para aceder à aposentação, mas se houvesse a possibilidade da pré-reforma, eu entrava com um pedido, sem hesitar, ou pensar duas vezes.

Estou cansada, muito cansada. Cansada de andar à volta de tanta burocracia, em vez de dar aulas. Cansada de ter várias turmas com vários alunos, mesmo com a redução da componente lectiva, na aplicação do artigo 79. Cansada de ensinar com base num programa desatualizado e desinteressante, que não motiva ninguém. Os alunos não se revêem nas matérias e eu acho que existem outros conteúdos que poderiam dar mais perspetiva e agarrar mais os alunos às aprendizagens. Por isto tudo e muitas outras razões, que também seriam válidas, eu afastar-me-ia do ensino, se houvesse um regime de aposentação que reconhecesse o desgaste desta profissão, que reconhecesse o cansaço de muitos professores, como eu.

Envelhecimento activo, saudável e com direitos

Para a Organização Mundial de Saúde o envelhecimento activo é um processo de optimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, com vista a melhorar a qualidade de vida, à medida que as pessoas envelhecem.

Como resultado deste conceito os trabalhadores terão condições para atingir a idade normal de reforma, de poder prolongar a sua actividade ou ter actividade profissional mesmo reformados, e também o de participar em pleno na vida da sociedade.

O envelhecimento activo que se pretende saudável não pode significar essencialmente trabalhar, mas como também é referido no Documento de Apoio à 9ª Conferência da Inter-Reformados, deverá ser um processo de envelhecimento gradual pelo que as políticas públicas devem ser dirigidas a todas as idades, ainda que se reconheçam problemas específicos associados aos diversos grupos etários. É um processo de desenvolvimento e manutenção de uma capacitação que permita o bem – estar na velhice.

Assim aposentação deverá ser entendida como um direito, não como um favor ou uma condescendência.

Reconhecer a aposentação como um direito articulado com o direito de quem trabalha justifica que o movimento sindical inclua também, quando reivindica e ou/defende os direitos dos aposentados/reformados, departamentos que que representam e nos quais eles se integram.

Isso sucede no SPZS, na FENPROF com o Departamento de Aposentados, nos seus restantes sindicatos, na CGTP-IN com a Inter-Reformados.

Os aposentados/reformados continuam a ser cidadãos activos, com direitos de que não abdicam, que pelo facto de estarem aposentados não deixam de continuar sindicalizados. Sabem que, embora não estando no activo a luta continua a ser imprescindível na obtenção das reivindicações enquanto aposentados para além da sua participação nas lutas dos professores no activo.

Sabem que Sindicatos são a voz organizada e estruturada dos professores junto do governo e da Assembleia da República.

Como sucedeu em 1989 (ano da publicação do ECD) quando se verificou um enorme movimento de docentes aposentados descontentes face à gravíssima injustiça em que se encontravam, pois, as pensões não tinham acompanhado a valorização profissional dos professores no activo, sobretudo as dos mais idosos que chegavam a auferir 35% a 40% dos vencimentos em vigor. A FENPROF e os seus sindicatos, em que o SPZS se inclui, tiveram um papel determinante.

Este movimento permitiu a organização e constituição de comissões de aposentados nos sindicatos da FENPROF. Estes, promoveram diversas iniciativas, tais como a realização de reuniões regulares, um pouco por todo o país, a realização de congressos regionais de docentes aposentados e a criação, no Jornal da FENPROF de um espaço permanente para as questões da aposentação. A dinâmica criada possibilitou a realização do 1º Congresso Nacional de Professores Aposentados, com a participação de cerca de meio milhar de docentes.

Foi um Congresso histórico, que decorreu com grande entusiasmo e esperança na luta, a partir do qual esta se intensificou, de uma forma mais organizada. Ali se definiram as reivindicações, entre as quais a indexação de todas as pensões aos vencimentos dos/as professores.

Ver mais em: www.spzs.pt

A VACINAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS

O regresso à escola e o seu pleno funcionamento tornou-se consensual devido a pressões internacionais , a posições favoráveis por razões de ordem social, também relacionadas com as aprendizagens dos alunos e ainda à luta dos Sindicatos da Fenprof que foram instrumentais na sua constante exigência de um plano de vacinação para os profissionais da Educação.

Para a Fenprof, o regresso ao ensino presencial era urgente e necessário, pois aos problemas inerentes ao ensino a distância, juntaram-se os que resultaram do incumprimento, pelo governo, da promessa de dotar todos os alunos e professores com computadores e internet móvel de banda larga.

Durante o 1º período o ministro da Educação teimou em afirmar que as escolas não foram espaço de contágio, eram até os lugares mais seguros... O ME tratou de esconder os dados da situação epidemiológica com o encobrimento do número de escolas afetadas pelo problema, o qual só foi conhecido na sequência de sentença do Tribunal Administrativo de Lisboa: 2832 escolas públicas.

A ocultação é uma atuação inaceitável que não favorece a adoção de comportamentos adequados e não contribui para a criação de sentimentos de confiança e de segurança nas comunidades escolares.

A Segurança e Saúde no Trabalho são matérias de negociação coletiva, previstas na alínea h) do número 1 da Lei n.º 35/204 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas). Nesse sentido, a Fenprof dirigiu-se ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde, lembrando essa obrigação legal e exigindo a realização dessa negociação.

Para garantir o pleno funcionamento das escolas é necessária transparência, negociação e medidas concretas. Como desde a primeira hora temos afirmado, é preciso reforçar as condições de segurança sanitária, adoptar normas básicas de actuação sempre que se verifiquem casos de Covid-19, realizar rastreios e testes e concluir o plano de vacinação de quem trabalha nas escolas.

CARTOON

Porque tardaram e faltam as vacinas?

atual

O processo de contratualização das vacinas, gerido pela Comissão em nome de todos os Estados-membros assumiu desde logo e claramente que o quadro de negociações com as farmacêuticas constituía uma "apólice de seguro transferindo alguns dos riscos da indústria para as autoridades públicas, em troca de garantir aos Estados-membros um acesso equitativo e a preços acessíveis".

A UE, em nome de todos os Estados-membros, através de uma equipa negocial por si selecionada (em secretismo), celebrou acordos prévios de aquisição de vacinas, financiando a investigação e correndo os riscos de insucesso, em contrapartida do direito de aquisição de vacinas em tempo e prazo por determinar.

A estratégia da UE em matéria de vacinas fundou-se logo à partida na sua opção de inconceber uma estratégia própria, construída sobre os recursos dos sistemas públicos de investigação e pesquisa dos seus Estados-membros. A UE prosseguiu uma estratégia negocial, de aparente rendição incondicional às condições contratuais das grandes farmacêuticas e respetivos grupos económicos. Irresponsavelmente, tornou-se refém de todos os interesses da indústria farmacêutica, em sucessivos negócios rodeados de secretismos e opacidades, depositando a saúde e o futuro sanitário dos seus povos a uma indústria, cujo histórico revela, a sua priorização do lucro sobre qualquer outro interesse.

Assim, neste processo, as grandes farmacêuticas, absorveram o investimento e mantiveram as patentes e propriedade intelectual sobre as descobertas - uma verdadeira privatização de dinheiros públicos.

Ora, o não levantamento das patentes, que tem sido proposto mas consecutivamente rejeitado na Organização Mundial do Comercio, é responsável diariamente por atrasos na vacinação em todo o mundo, especialmente nos países mais pobres.

No plano global, em Abril de 2021, a pandemia já atingiu mais de 140 milhões de pessoas e causou mais de 3 milhões de mortes, isto apenas sobre os casos oficialmente registados. Diversos estudos, acusam o maior impacto da pandemia nas camadas socioeconómicas mais baixas, e em minorias, agudizando assimetrias regionais e sociais um pouco por todo o mundo.

Os cálculos de diversas organizações, como The Economist Intelligence Unit, apontam que a muitas populações africanas apenas terão acesso à vacina em 2023. A ONU lança apelos à distribuição mais equitativa pelo mundo das vacinas disponíveis e contra o seu açambarcamento pelos países mais ricos.

A Organização Mundial de Saúde vem alertando que apenas 10 países já concentram 95% das vacinas já administradas, e apela à solidariedade internacional para que se junte 4 mil milhões de dólares para vacinação, garantindo assim o seu acesso pelos países pobres. O contexto atual, em que os países ricos já adquiriam 53% das vacinas disponíveis no mercado, em 2021, veda o acesso à vacina a 9 em cada 10 pessoas dos países mais pobres.

O Mundo precisa de um plano de vacinação público, transparente, solidário, em defesa da Humanidade e não dos lucros de alguns.

Filipe Guerra - Investigador

PROTOCOLO FENPROF/FNAC

Colega, já te podes dirigir a um balcão da FNAC e, mediante a apresentação do teu cartão de sócio de Sindicato da FENPROF, pedir o teu cartão FNAC.

Se já tens cartão FNAC e este caduca/expira em 2021, renova-o num dos balcões da FNAC. Sem anuidade e muito mais...

Informa-te junto do SPZS

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE ABERTA

Informa-te junto do SPZS

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O CRÉDITO AGRÍCOLA

Informa-te junto do SPZS

Protocolo Tintas Sotinco - Ferreiras (Faro)

35% em tintas

Protocolo com a Real Vida Seguros, e com a Sociedade de Mediação Rubisar Seguros Lda.

Este protocolo prevê a possibilidade da subscrição de todo o tipo de seguros que necessite (automóvel, casa, saúde, acidentes pessoais, acidentes de trabalho, seguros de poupança, entre outros) com garantias acima do que o mercado segurador normalmente oferece, mas, fruto deste protocolo, com um desconto especial que baixará substancialmente os seus custos.

Informa-te junto do SPZS ou em:

www.rubisarseguros.com

Os Sindicatos da FENPROF fizeram um seguro de grupo do Cartão Activcare Geral da Multicare, com condições preferenciais, que pode aproveitar.

Informa-te junto do SPZS ou em: www.fenprof.pt

Hotel Montechoro - Albufeira

25% sobre tabela ao balcão

Protocolo com Charcas Lagoon Resort - Montargil

50% sobre tabela ao balcão

Protocolo com Lugar ao Sol.

Campanha de Verão - Pack 7+7 noites grátis de alojamento, 2 pessoas, por apenas 49,50€ pouco mais 3€/noite em Portugal e em Espanha.

www.lugaraosol.pt/lp/protocolos/?e=SPZS

Protocolo com Auto Dourada, Rent a Car - Portimão

25% sobre tabela em vigor

Protocolo CENDREV - Évora

33% em espetáculos produzidos e organizados pelo CENDREV

Ser sócio do SPZS é mais seguro e tem muitas vantagens!

www.spzs.pt

O Sindicato dos Professores da Zona Sul e os sindicatos da FENPROF celebraram protocolos com diversas empresas/entidades, colocando à disposição dos seus associados uma série de descontos em bens e serviços essenciais, que em breve poderão aceder através da página do SPZS e da FENPROF.

Associando a sua importância política com a procura de melhores condições para os seus associados, um sem fim de apoios tornarão a nossa vida muito mais fácil, minorando os efeitos económicos das más políticas e mantendo a fidelização dos sócios, conquistando outros, para os sindicatos que fazem, todos os dias, história neste país, ajudando e cimentando a democracia e os seus efeitos mais positivos.

Praça dos Heróis, de Thomas Bernard

TEMPO - Teatro Municipal de Portimão

22 de maio de 2021 - 21h30

A 15 de março de 1938, milhares de austríacos aclamavam Adolf Hitler na Heldenplatz, em Viena, celebrando a Anschluss, a anexação da Áustria pela Alemanha nazi. 50 anos depois, a 4 de novembro de 1988, estreava no Burgtheater a peça de Thomas Bernhard com o mesmo nome, Heldenplatz (Praça dos Heróis), para assinalar o centenário do histórico teatro vienense, bem como os 50 anos da anexação.

Praça dos Heróis vem assim trazer a descoberto o branqueamento histórico que permitiu que a Áustria se assumisse como a primeira vítima do III Reich, ao invés de um primeiro aliado.

Numa altura em que as políticas populistas e xenófobas, o conservadorismo retrógrado, se afirmam um pouco por todo o mundo, onde consecutivas novas medidas e políticas parecem confirmar um retrocesso civilizacional, político e social, torna-se urgente regressar à Praça dos Heróis.

O Centro Dramático de Évora (Cendrev), uma das entidades organizadoras, organiza a 15.ª edição da Bienal Internacional de Marionetas de Évora (BIME) vai decorrer de 1 a 6 de junho de 2021, com a participação de "cerca de 20" companhias de "vários cantos do mundo".

Auditório Soror Mariana – Évora

26 Maio | 2021 | 18h00

Marighella de Wagner Mendonça

Adaptação para cinema do livro "Marighella - O Guerrilheiro Que Incendiou o Mundo" de Mário Magalhães, MARIGHELLA baseia-se nos últimos cinco anos de Carlos Marighella, ex-deputado, poeta e guerrilheiro brasileiro, que durante a ditadura militar liderou um dos maiores movimentos de resistência ao governo da época.

FITA - Festival Internacional de Teatro do Alentejo

Consolida-se como o maior Festival de Teatro em Portugal, na área geográfica em que intervém: todo o Alentejo. É o único evento transversal a toda a região Alentejo, contando com as preciosas parcerias de 9 Municípios, do alto ao baixo Alentejo.

Um encontro que conta com a participação de companhias de teatro oriundas do Uruguai, Cuba, Brasil, Colômbia, Espanha e, obviamente, de Portugal. A organização do FITA está a cargo da companhia teatral bejense Lendias d'Encantar, com o apoio da S.O.I.R. Joaquim António d'Aguiar e do Cineclube de Évora.

Para além do teatro, o FITA dá forte destaque à música. À margem do programa central, o FITA oferece ainda sessões de café-concerto, momentos de poesia e jantares temáticos.

info: www.lendiasdencantar.com

THE ODDER SIDESHOW

Teatro das Figuras - Faro

12 de junho 2021 - 21h30

The Odder Sideshow pretende resgatar técnicas circenses seculares, da época de ouro dos grandes Circos Tradicionais, mas que caíram em desuso pelo risco que implicam, sendo elas: o arremesso de facas, Engolidor de Fogo, Escapismo, Blockhead, Malabarismo com motosserra e equilibrismo sobre catanas (...) e interligá-las com técnica de clown e teatro físico. Este espetáculo procura uma reflexão sobre o sadomasoquismo emocional das relações da sociedade contemporânea como elo vinculativo para as técnicas circenses utilizadas.

Festival de Curtas Metragens de Évora, de 20 a 25 de Setembro de 2021.

A submissão dos filmes a concurso decorre até ao dia 31 de Maio de 2021, na plataforma FilmFreeway (filmfreeway.com/fikeevora) ou a partir do sítio oficial do festival (festivalfike.com).

Podem concorrer curtas-metragens nas categorias de: Ficção, Animação e Documentário, com duração inferior a 40 minutos (incluindo créditos), produzidos ou estreados após 1 de Janeiro de 2019. Os filmes submetidos a concurso não podem estar disponíveis na Web e, preferencialmente, inéditos em Portugal. Todos os trabalhos devem ter legendas em Inglês. A participação é totalmente gratuita.

ELEIÇÕES PARA OS CORPOS GERENTES DO SPZS

para o triénio 2021-2024

18 de Maio

voto presencial - voto por correspondência - voto eletrónico

mais informações em www.spzs.pt